

## *FGV Justiça realiza mesa-redonda sobre métodos consensuais em concessões rodoviárias*



No dia 6 de dezembro de 2024, a FGV Justiça organizou a mesa-redonda sobre métodos consensuais em concessões rodoviárias para discutir os instrumentos eficazes de gestão de conflitos, voltados à prevenção da judicialização de demandas e à preservação do contrato, sob a coordenação de **Benjamin Zymler**, ministro do Tribunal de Contas União (TCU) e coordenador-geral do Fórum de Infraestrutura da FGV Justiça. O evento reuniu os principais atores do setor rodoviário, como diretores de agência reguladora, autoridades do Poder Executivo, auditores do TCU e representantes das concessionárias.

Na abertura, o ministro destacou que algumas soluções muito interessantes foram concebidas no âmbito do TCU para que os contratos antigos de concessões rodoviárias pudessem evoluir.

A mesa contou com a participação do ministro **Bruno Dantas**, presidente do (TCU) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em sua exposição, ressaltou a responsabilidade do TCU de resolver conflitos no setor de infraestrutura. O presidente do TCU fez menção, também, ao trabalho da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso), que consolida uma importante inovação na estrutura do TCU, cujo precedente de instauração foi justamente um caso de rodovia.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), **Rafael Vitale Rodrigues**, enfatizou que o momento é fundamental para a redução do passivo de disputas no setor de rodovias. Diante da eficácia dos métodos consensuais, a agência criou uma Câmara interna

para tratar de casos menos complexos quando comparados àqueles encaminhados à Secex Consenso, e já coleciona experiências exitosas.

O secretário da Secex Consenso, **Nicola Espinheira da Costa Houry**, relatou que o tema de transparência está na ordem do dia para o aprimoramento da instrução normativa da Secex Consenso. O auditor federal de Controle Externo do TCU, **Glauco Scandaroli**, relatou que a Secex é um novo paradigma para o Tribunal, e a sua melhor contribuição foi a melhora do relacionamento institucional no Brasil.

O secretário especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI), **Marcus Cavalcanti**, tratou da dificuldade de implementação de uma cultura de consensualidade na Administração Pública e colocou luz sobre a necessidade de capacitação dos servidores na regulação e nos métodos consensuais.

O vice-presidente jurídico e de relações governamentais do Grupo CCR, **Roberto Penna**, trouxe a experiência do setor privado e explicitou que o grupo tem privilegiado uma postura de resolução de disputas de forma consensual com o Poder Concedente, com casos exitosos, inclusive, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Além disso, a diretora jurídica da CCR Rodovias, **Renata Lacerda**, enfatizou a responsabilidade social da concessionária em equalizar os contratos e oferecer um serviço de qualidade.